Necroestado, necrogoverno, necropolítica racial e a resistência negra no Brasil

Juarez Tadeu de Paula Xavier¹

Resumo

Este artigo aborda o processo de resistência à violência racial contra a população negra, no período pós-abolição. Os espaços de rearticulação de humanização desse grupo - espaços de transcendência e imanência, espaços de resistência urbana e espaços de fruição cultural - deram as bases para as ações de enfrentamento à política de execução física e cultural de negras, negros e seus descendentes, em quatro fases distintas, desde o século 19: segregação material e imaterial radical, espelhamento ao modelo social imposto, militância política e a articulação para a adoção de políticas públicas de superação das assimetrias, com marcadores raciais. Para essa análise longitudinal, foram observados os pontos de inflexão nesses períodos, a partir de suas relevâncias históricas e dos impactos das tecnologias políticas negras nos embates com o necroestado, as necropolíticas e os necrogovernos, base das violências patriarcais, segregacionistas e supremacistas brancas, que caracterizam o racismo sistêmico no país. Nesse cenário, a gramática apreendida pela população afrodescendente escreveu um capítulo de resistência à barbárie, em defesa da sua humanização e do direito à existência negra.

Palavras-chave: Resistência Negra; Racismo Sistêmico; Racismo Fundante; Racismo Estruturante; Racismo Replicante.

1 Jornalista, docente na *Universidade Estadual Paulista* no curso de Jornalismo-graduação, e no Programa de Pós Graduação em Mídia e Tecnologia, membro da comissão de averiguação das autodeclarações para pretos e pardos no vestibular, coordenador do grupo de pesquisa *Núcleo de Estudos e Observação em Economia Criativa (NeoCriativa)*, que estuda mídia, artes urbanas, tecnologia social e relações interseccionais de gênero, classes e étnico-raciais, e vice-diretor da *Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design*, na cidade de Bauru.

Introdução

O movimento social de negras e negros no Brasil adotou, ao longo da história, uma série de tecnologias políticas de enfrentamento à violência racial, que se mostraram eficientes, na resistência ao genocídio, etnocídio e epistemicídio², promovidos pelos dispositivos de poder, desde o período da escravização, com as práticas da quilombagem³, tipologias das mais diversas formas de ações políticas antirracistas, coletivas ou individuais, espontâneas ou planejadas, que marcaram a luta política antirracista no território.

No período imediatamente anterior e pós-abolição, essas tecnologias tiveram quatro fases de mobilização política contra a violência física e simbólica. Elas propiciaram formas de articulação de lideranças políticas, culturais e sagradas, com o desenvolvimento de plataformas tangíveis e intangíveis de resistência e de reafirmação dos valores civilizatórios das matrizes africanas, com digitais ancestrais, que cristalizaram as ações em defesa das “rodas sagradas” negras - candomblé, capoeira e samba -, e metas econômicas, culturais, sociais e políticas, a fim de se atingir a reumanização da população afro-brasileira, diante do persistente processo de genocídio, etnocídio e epistemicídio⁴.

Essas ações garantiram, de diferentes formas, a resistência da população preta e parda, encapsulada pela experiência dos seus núcleos sociais com digitais africanas, tais como o candomblé, a capoeira, o samba e, mais tarde, nas demais rodas inventadas pelos saberes negro-africanos, garantidoras das ações que asseguraram relações transgeracionais, trocas orais entre velhas e velhos com as novas gerações negras, essencial para o compartilhamento dos saberes históricos, sociológicos, pedagógicos e éticos, para a rearticulação dos universos culturais afrodescendentes, eles para a continuidade dos valores, das experiências e das resistências da população preta e parda.

2 Xavier, Juarez. *Escravidão [388] + Abolição [130] = Desumanização da negra [518]*. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/32407/escravidao-388-abolicao-130-desumanizacao-negra-518>.

3 Moura, Clóvis. *Quilombagem como expressão de protesto radical*. Disponível em: <https://movimento-revista.com.br/2019/11/a-quilombagem-como-expressao-de-protesto-radical>.

4 Xavier, Juarez. *Desapropriação cultural preta nos espaços negros*. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/quilombo/desapropriacao-cultural-preta-nos-espacos-negros>.

Desde o princípio, as pré-condições do racismo sistêmico

A escravização negra e indígena, a colonização e o *apartheid*, apontados por Mbembe (2018) como raízes do racismo moderno, fundaram no país as pré-condições básicas, que deram à sociedade brasileira os mecanismos para a concentração dos capitais econômico, cultural, social e político, das mais agudas entre os países da mesma classe econômica, nas mãos de uma reduzida franja social. Esse cenário de segregação material e imaterial é intensificado pelo contexto da pandemia⁵ global, que levou ao colapso os sistemas de saúde e sanitário, em processo de desconstrução neoliberal⁶.

Desde o início da colonização portuguesa até a chegada da Família Real, o território brasileiro caracterizou-se pelo extenso processo de genocídio indígena, escravização em larga escala do maior contingente de africanas e africanos nas Américas e pelo processo de segregação espacial, caracterizado pela lógica da casa grande & senzala, segundo Ribeiro (1995).

Essas pré-condições estão no barro que moldou o estado patriarcal, capitalista e supremacista branco no país, bases das atuais violências contra negros e negras, mulheres e pobres, materiais, com o registro dos altos índices de morbidade desses segmentos, e imateriais, com o registro das mais difusas formas de discriminações e preconceitos.

Segundo o antropólogo, em linhas gerais, a experiência que criou o “combo” escravização, colonialismo e *apartheid* sedimentou os dispositivos de promoção da morte, nas dimensões coercitivas, com a criação dos equipamentos de contenção e destruição de corpos não normatizáveis - negras e negros, mulheres, pobres, *gays*, lésbicas e *trans* -, considerados inadequados, e de natureza persuasiva, para a formação da rede de fabulações e convencimentos via educação e produção cultural, que se tece desde o século 19⁷.

Esse processo narrativo - na academia, imprensa e espaços científicos e culturais⁸ - estimulou o supremacismo do grupo racial branco, detentor dos

5 “Pandemia democratizou o poder de matar, diz autor da teoria da ‘necropolítica’”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>.

6 “Saúde perdeu R\$20 bilhões em 2019 por causa da EC95/2016”. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016>.

7 “Como se deve escrever a história do Brasil”. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/15864>. Concurso público do IHGB, em 1844, vencido pelo bávaro Carl Martius, sobre como escrever a história nacional.

8 “O espetáculo das raças”. Lilia Moritz Schwarcz, 1993.

mecanismos de poder, cultural e político, e a subserviência do grupo social majoritário, formado por descendentes dos povos originais e de matrizes africanas.

A concentração dos dispositivos tangíveis e intangíveis no grupo permitiu a reprodução, em escala ampliada, das diversas formas de violência, que encarcerava a população não-branca em condições de extrema vulnerabilidade (SOUZA, 2009). Por causa dessa realidade perversa, mulheres e homens têm restringidas as suas possibilidades na sociedade, restando-lhes as condições sociais mais degradantes, como possibilidades de sobrevivência, diante do sistema de privilégios, para uma ínfima minoria, e de segregação robusta para a maioria da população, pobre e não branca.

A combinação dos dispositivos de violência material e imaterial, pautada pela lógica da morte, da imposição do supremacismo retroalimentado pela máquina de persuasão por séculos, da reprodução ampliada do sistema de violências e da formação de um sistema eficiente de privilégios, forjou no país os conceitos de descartabilidade humana, subcidadania para o grupo apartado dos equipamentos sociais e a suspensão do estado de direito e civilidade em extensa faixa do território formada pelas periferias.

Os dados captados, processados e divulgados por reconhecidos grupos de pesquisa de excelência evidenciam a natureza do necroestado, necrogoverno e necropolítica⁹ em vigência no país, e as suas implicações sobre a população negra.

Necroestado, necrogoverno, necropolítica

Os altos índices de morbidade da população levaram as organizações políticas do movimento social de negras e negros a advogarem a existência de um processo permanente de genocídio da população preta e parda¹⁰.

As análises apontam para a ideia difusa de “descartabilidade humana”, resultante do profundo processo de genocídio das populações originárias e africanas, para o conceito de “sub-cidadania”, em razão dos baixos indicadores de representação nos espaços de poder e decisão políticas, no executivo, legislativo e judiciário, municipal, estadual e federal, e o “aprisionamento” nas regiões do

9 Para efeito deste artigo, os conceitos de necroestado, necrogoverno e necropolítica utilizados estão em relação livre, portanto, de responsabilidade do autor do artigo, com a definição feita pelo filósofo, teórico político e historiador camaronês Achille Mbembe, sobre necropolítica. Procura-se, a partir dessa opção, estender a ideia nuclear do conceito de um estado, governo e política que, pelas suas ações ou omissões, são responsáveis pela morte de pessoas, de forma intencional, direta e pública.

10 Atlas da violência 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>.

território onde vigem a suspensão do estado democrático de direito e do acesso aos equipamentos sociais - saúde, educação, renda, cidadania e tecnologias inclusivas, que são as periferias brasileiras.

Descartabilidade humana, sub-cidadania e aprisionamento às condições sociais de vulnerabilidade são as métricas das narrativas de segregação e violência raciais denunciadas pelo movimento social de negras e negros¹¹.

A associação da escravização negra com o genocídio, etnocídio e epistemicídio¹² das populações indígenas fez com que esses grupos sociais se tornassem, no imaginário social, populações descartáveis, cujas altas e permanentes taxas de morbidade e mortalidade não provocam a indignação social correspondente à gravidade da situação¹³.

O colonialismo, cuja “etnografia” das barbáries foi registrada por Fanon (1961), desenhou a lógica da casa grande & senzala com arranjos de alto padrão - condomínios de luxo da classe média alta, ocupados pelas elites segregacionistas, ao lado das condições de moradia mais vulneráveis, ocupadas pela “ralé”, à disposição para servir. Aos primeiros, os dispositivos de coerção e de persuasão asseguraram a plena cidadania. Aos segundos, os mesmos dispositivos impuseram às condições de subcidadania, cidadania de segunda classe e a não-cidadania.

A discriminação, a segregação e o apartheid deram forma ao conceito de casa grande & senzala, com a reserva dos espaços ocupados pelo equipamentos sociais aos incluídos - assegurando uma rede de privilégios -, e a reversa dos espaços “do não ser” - destituídos do acesso aos equipamentos sociais -, aos não-brancos, cujas fronteiras de gênero, classes sociais e étnico-raciais são evidentes, em todos os indicadores macroambientais¹⁴.

Essas condições criaram e, dialeticamente, foram criadas, pelo ecossistema que deu origem ao estado “patriarcal, capitalista e supremacista branco” (hooks, 2019), no território brasileiro.

11 “Carta Proposta da Coalizão Negra por Direitos”. Disponível em: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/sobre/>.

12 Neste artigo, os conceitos de genocídio, etnocídio e epistemicídio mobilizados são os encontrados nos documentos e veículos produzidos pelo ativismo social e universitário negros, e considerados epístemes em construção, em fase acumulativa, com dimensões científicas articuladas nas pesquisas realizadas nas universidades, e particulares, produzidas pela militância negra, em estágio, muitas vezes, mais amadurecido do que a registrada na experiência acadêmica.

13 “Operação com 25 mortos no Jacarezinho é a mais letal da história do Rio. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/06/operacao-no-jacarezinho-e-a-mais-letal-da-historia-do-rio-de-janeiro.htm>.

14 “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

Racismo Sistêmico: fundante, estruturante e replicante do racismo

A chegada da Família Real ao Brasil em 1808, fugindo das tropas napoleônicas, é um ponto de inflexão essencial na construção do Estado nacional. A chegada de mais de 20 mil pessoas com uma máquina burocrática transferível, capacidade administrativa e competência gerencial permitiu, em um relativo curto espaço de tempo, lançar as bases das instituições do Estado nacional brasileiro, com todos os mecanismos de coerção e persuasão característicos da estrutura estatal (GOMES, 2007).

Nos baús trazidos pela *entourage* lusitana tinha mais do que roupas, livros, terços, “memórias de uma rainha louca”, piadas sobre um “príncipe medroso e covarde”, uma ampla história de corrupção e imagens religiosas. Eles traziam anos de experiência administrativa acumulada em um largo período de tempo de exploração e domínio colonial, em diversas partes do mundo. Tinha, ainda viva, na cera da memória, as digitais do Estado português, moldadas por centenas de anos.

No Brasil banhado pela escravização de milhões de africanas e africanos, maioria populacional, e pelo conhecimento dos resultados da Revolução Haitiana, entre 1791 e 1804¹⁵, que carbonizou o aparato colonial e passou pelo fio da guilhotina os representantes do poder colonial, os portugueses e os “nacionais” passaram a temer “a onda negra”, e a radicalidade dos seus atos. O racismo sistêmico, para além das subjetividades e das relações interpessoais, e que encapsula todas as relações efetivas e afetivas, ofereceu todas as suas ferramentas fundantes, estruturantes e replicantes para a organização do moderno Estado brasileiro.

O racismo sistêmico se caracteriza como uma prática global, que contém todas as dimensões da sociedade, as tangíveis e intangíveis. Condiciona todas as formações de organização com implicações sobre o conjunto da sociedade, implica a organização dos capitais econômicos, culturais e políticos e imprime sua digital em todos os dispositivos de coerção -aparelhos repressivos e de controle social -, e persuasivos - aparelhos de articulação do universo simbólico e das representações culturais.

Por essas razões, quando a Família Real aporta no território brasileiro, *lato sensu*, as pré-condições dadas pela escravização, colonização e apartheid fornecem todas as conjunturas materiais e imateriais que formataram o Estado nacional.

15 “Uma revolução racial em perspectiva – relatos de testemunhas oculares da Insurreição do Haiti”. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752008000100014.

Sendo assim, o supremacismo racial, em suas diversas tipologias - supremacismo racial, supremacismo racial religioso, supremacismo racial cultural, supremacismo racial científico- fundou -, estruturou e replicou todas as instituições criadas desde 1808 e, de modo, geral, encontram-se presentes na sociedade brasileira.

O racismo sistêmico fundou os dispositivos de coerção. Em 1809, o príncipe regente, com a autoridade de suas atribuições, criou a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte¹⁶ no dia 13 de maio. Ela é o núcleo original das polícias militares e constitui o lastro do banco genético da PM do Rio de Janeiro. Com 218 oficiais, a guarda substituiu os “quadrilheiros” -grupo armado que patrulhava a cidade -, que faziam a segurança da cidade armados de bastões e lanças.

A cidade do Rio de Janeiro experimenta, com a chegada da Família Real, um súbito crescimento. Em um curto espaço de tempo, com os 20 mil homens, mulheres e crianças que chegam com a Corte, a população da cidade salta para cerca de 60 mil pessoas. Os problemas se multiplicaram. Pressão para a ocupação territorial, com o deslocamento dos antigos moradores para locais mais distantes, a fim de acomodar os novos. Crise no sistema de comercialização de alimentos, frutas e água. E o aprofundamento dos problemas sanitários. A Guarda é criada para disciplinar as relações sociais, já em fase de agudização.

A função da Guarda era assegurar o direito de ir e vir do pequeno grupo que orbitava ao redor da corte, em meio a uma ampla massa de vulneráveis formada pela escravização, em mais de 3 séculos. Sendo assim, ela protegia um pequeno grupo humano cercado por uma multidão de desempregados, desocupados, vivendo em moradias sob condições de sobrevivência de extrema vulnerabilidade. Esse cenário formou o *modus operandi* da corporação: a defesa de um pequeno núcleo de incluídos ante a enorme massa de excluídos. Nessa ambiência surge, nas décadas seguintes, as casas de correção e os “hospícios” na corte, nas décadas de 1850, quando o país adota uma série de políticas que definiram o futuro do Estado brasileiro e das suas relações sociais (MOURA, 1994), com a aprovação da Lei da Terra: Lei 601 de 18 de setembro de 1850¹⁷ e da Lei 581, de setembro de 1850¹⁸ que pôs fim ao tráfico humano de negras e negros, por pressão do governo britânico.

16 “Dom João cria Política Militar um ano depois de chegar no Rio de Janeiro”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u379738.shtml>.

17 “Há 170 anos, a Lei de Terras oficializou a opção do Brasil pelos latifúndios”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-16/ha-170-anos-lei-de-terras-oficializou-opcao-do-brasil-pelos-latifundios.html>.

18 Lei Eusébio de Queirós. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz>.

Em 1850, com a deflagração do lento, gradual e seguro processo de abolição do trabalho escravizado, é criada a primeira Casa de Correção do Rio de Janeiro¹⁹, e em 1852, surge o primeiro “Palácio dos Loucos” - Hospício Pedro II. Dessa forma, o sistema de repressão e encarceramento, criado entre 1809 e 1850, foi fundado com base nos pressupostos do racismo sistêmico, que a seguir estrutura a forma de acesso aos capitais econômico, cultural, social e político, do final do século 19 e ao longo do século 20, conformando a sociedade brasileira com um pequeno grupo humano se apropriando dos recursos nacionais, condicionando a “ralé” brasileira, fundamentalmente negra, às condições de extrema vulnerabilidade social (SCHWARCZ, 1993; RIBEIRO, 1995; SOUZA, 2009).

Esse processo exclusivo de acesso ao mercado de trabalho, com a substituição da população negra na produção e no imaginário social pela população imigrante, pavimentou a construção do sistema de privilégios para a classe média, e de precariedade para trabalhadoras e trabalhadores, em um sistema de retroalimentação permanente: acesso ao capital econômico, que assegurou de forma exclusiva o acesso ao capital cultural, que formou quadros para a ocupação de postos estratégicos no Estado, mercado e sociedade, se apossando do poder político, que converteu privilégios em direitos (SOUZA, 2017). Um circuito perfeito de alimentação do sistema de privilégios.

As práticas de preconceito, discriminação racial e racismo, replicadas pelo racismo sistêmico, disseminam a ideologia da meritocracia, legitimando o processo de acesso, na forma de cotas raciais supremacistas brancas, ao sistema de bem estar. O preconceito cristaliza o estigma anti-negro, que o torna alvo das violências físicas e simbólicas. A discriminação racial segrega a população negra nos espaços do não-ser, em que vigem a suspensão do estado democrático de direito, onde todas as formas de violência são exercitadas (FANON, 1961), deformando as relações sociais, com a criação, em um polo da equação, do supremacismo e, no outro polo, da subordinação. E, ao final do processo, o racismo, etapa superior das violências raciais, provoca, em escala industrial, elevadas taxas de morbidade²⁰, sem paralelo nos países da mesma classe econômica em que se insere o Brasil²¹ atual.

19 Casa de Correção do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/268-casa-de-correcao>.

20 Atlas da Violência 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>.

21 Anistia Internacional denuncia alta da violência policial no Brasil em meio à pandemia de Covid-19. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/04/06/anistia-internacional-denuncia-alta-da-violencia-policial-no-brasil-em-meio-a-pandemia-de-covid-19.htm?cmpid=copiaecola>.

Resistências negras no Brasil, em quatro fases

Neste artigo, o objetivo é identificar as formas de resistências negras, diante do processo de formação do necroestado, negrogoverno e necropolítica nacional, que forjou as bases de criação do estado patriarcal, capitalista e supremacista branco, com base no racismo sistêmico, fundador, estruturador e replicador do preconceito, discriminação e racismo em todas as dimensões, tangíveis e intangíveis, da sociedade, objetivo geral de uma pesquisa institucional em curso²².

Para efeito da análise, adotar-se-ão quatro fases a partir de 1870, ponto de inflexão essencial para a compreensão da política de substituição populacional, com o processo de branqueamento e as “políticas públicas” que visavam eliminar a presença física e cultural da população descendente de africanas e africanos no país.

Essas fases são baseadas nas categorias de análises desenvolvidas em pesquisas executadas nos anos de 1990, no âmbito do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Negro Brasileiro (Neinb) da Universidade de São Paulo (USP), pelo pesquisador Ricardo Franklin Ferreira²³ - fase da segregação racial radical, fase do espelhamento social, fase da militância política negra e fase de articulação das políticas públicas de ação afirmativa²⁴.

1. Fase da segregação racial radical: 1870-1930

O período de 1870 a 1930 foi o mais duro para a resistência da população negra. No início dessa fase, o país tinha definido o projeto de abolição - lenta e segura -, sem a indenização à população negra, com o objetivo de substituí-la pela população branca europeia²⁵. A política pública do Estado prospectou países e populações dispostas a se radicarem para o Brasil, com a formação de colônias, e a participação no sistema de produção assalariado, em substituição à população recém emancipada da escravização.

Para a população negra, a política implicou violência e segregação, com alistamento forçado para substituir a jovem população branca no campo de batalha²⁶ e ações militares que se caracterizaram como faxina étnica (CUNHA, 1902),

22 A pesquisa em tela faz parte do plano de atividades acadêmicas desenvolvidas na *Universidade Estadual Paulista*, como parte das atividades docentes deste pesquisador, entre os anos de 2021 e 2024.

23 Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8001651839235344>.

24 Neste artigo, as fases serão apontadas de forma sintética, em razão do espaço, e por estarem em fase de amadurecimento conceitual.

25 *Museu da Imigração do Estado de S. Paulo*. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/>.

26 A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a15.pdf>.

justificadas pelas teorias do racismo científico, em voga, nas áreas da intelectualidade e dos formuladores das políticas públicas (ADORNO, 2019).

Para a população negra desassistida, sem apoio institucional e sem políticas, as “rodas sagradas” - candomblé (SANTOS, 1994), capoeira (ABREU; CASTRO, 2009) e samba (LOPES; SIMAS, 2015) – foram um papel essencial para a rearticulação social desse grupo. Cada um, a seu modo, adicionou um saber no balaio das resistências negras. O candomblé - entre outras formas de organização do sagrado com matriz africana - forneceu a essa população as referências positivas, ante o processo de desumanização, caracterizado pela escravização e pela fase de substituição de um modelo cosmogônico - lastro para as formas de organização de transcendência e imanência -, de um modelo sociológico para as relações internas do grupo e das relações do grupo com a sociedade, de uma forma pedagógica de compartilhamento de saberes transgeracionais - entre as velhas e velhos e as novas gerações - a partir da oralidade com a mobilização dos universos cosmológicos e culturais ainda vivos da memória e, o fundamental, para o processo de reumanização forneceu um código ético-deontológico que permitiu a condução da população negra entre as adversidades econômicas, culturais, sociais e políticas, desse período. Esses valores foram reeditados nas rodas de capoeira e de samba, surgidas em seguida.

2. Fase do espelhamento social - 1930-1950

A imigração europeia começa a arrefecer no final da década de 1930. Calcula-se que, em sessenta anos, ingressaram no país cerca de 3 milhões de europeus (RIBEIRO, 1995) , estimuladas pela política pública do governo brasileiro, ante os cerca de 4.5 milhões de africanas e africanos que ingressaram no país, entre o século 16 e a primeira metade do século 19 (SCHWARCZ; GOMES, 2018). Números que mostram o empenho do governo em implantar a política de branqueamento em curso.

Essas substituição no mercado de trabalho, com acesso exclusivo à renda, permitiu a esse grupo formado por trabalhadores brancos europeus acessarem os demais capitais em formação, como o cultural - acesso ao ensino superior em especial, formador dos quadros técnicos que ocuparam lugares estratégicos no Estado, mercado e sociedade -, o social - com a formação do *apartheid* de concentração de equipamentos sociais e próteses tecnológicas no centro das cidades, e do vazio dessa infraestrutura nas regiões periféricas, desprovidas de condições materiais para o exercício da cidadania - e o político - que converteu, a partir dos procedimentos legislativos, os privilégios assegurados nos período anterior, em direitos.

Com foco na disputa política, nessa fase de organização da classe média, em 1931, com uma série de eventos, foi criado o primeiro partido político negro: a Frente Negra Brasileira (SILVA, 2013). Experiência singular na vida política, a FNB sobreviveu até 1938²⁷, quando sucumbiu ao peso da ditadura varguista, mas deixou um rastro vivo de uma rica trajetória.

Em fase de consolidação, a classe média ditava modos, costumes e comportamentos. A métrica era a lógica da eugenia²⁸, que desde o início favorecia a população branca, o módulo do branqueamento, e degradava as condições de vida da população negra. Nesse ambiente, os padrões da classe média tornaram-se guia para os segmentos médios da sociedade. Um modelo!

Não foi diferente para a população negra. O modelo da classe média era perseguido e tido como exemplar. A população passa a mimetizar os hábitos, gostos e costumes predominantes. A análise de fotografias da FBN²⁹ em seu período de auge - relíquias etnográficas e “artefatos antropológicos” - evidenciam um traço imagético que sugere “espelhamento” ao comportamento social predominante branco, modelo da classe média. O estatuto da entidade, além dos objetivos políticos em defesa da população negra em todos os campos sociais, sinalizava comportamentos para a “elevação moral”, artística e intelectual de mulheres, homens e crianças negras. Eram fortes as recomendações comportamentais em seus documentos, que chegavam ao detalhamento, nas entrevistas para emprego, de orientar corte de unha e forma de arrumar o cabelo.

Esse comportamento não é exclusivo da população negra brasileira à época. Porém, ele indica que, como parte da estratégia de superação da segregação racial a qual a população negra foi submetida, houve uma tentativa de mimetização do comportamento social da classe média branca, como ação de enfrentamento à discriminação e tentativa de furar o bloco granítico do racismo.

A Frente Negra Brasileira é uma fonte inesgotável para a compreensão do contexto histórico da luta política antirracista entre as décadas de 1930 e 1950, e para o estudo das contradições nas condições de vida da população negra, nesse período crucial do século 20.

27 FNB: o percurso e a voz da resistência negra brasileira (1933-1939). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/fnb-o-percurso-da-voz-da-resistencia-negra-brasileira-1933-a-1938/>.

28 “Monteiro Lobato, um pai da eugenia”. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/quilombo/monteiro-lobato-um-pai-eugenista>

29 Memória da Democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/criada-em-sao-paulo-a-frente-negra-brasileira>.

3. Fase da militância política negra - 1950-1978

O quadro teórico que dá referência para esta fractal análise demonstrativa, tece uma linha que se inicia com a não-identificação das marcas do racismo, por negras e negros, a tentativa de inclusão no sistema de relações sociais sem a compreensão dos marcadores raciais e, ante os obstáculos racistas, inauguração da fase da militância.

Há diversos motivadores para a adoção desse ponto de referência como ponto de inflexão, tais como o final da 2ª Guerra Mundial, que derrotou o racismo nazi-fascista, a proclamação dos direitos universais, as manifestações racistas contra o multicampeão goleiro Moacir Barbosa Nascimento (1921-2000), que estigmatizou a posição no futebol brasileiro durante décadas. Mas, como ponto para a reflexão neste artigo, parte-se da missão da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco³⁰) entre os anos de 1951 e 1952, que impulsionou as pesquisas sobre as relações raciais no país, que deflagraram estudos, pesquisas e análises e romperam com a episteme da interrelação casa grande & senzala.

Para a pesquisa em tela, serão tomadas como referências as produções de dois ícones negros desse período de militâncias negra: Solano Trindade (1908-1974) e Abdias do Nascimento (1914-2011) que, em comum, denunciam as fabulações da “democracia racial”. Suas reflexões políticas, leituras sobre as relações raciais no Brasil, e ações político-culturais trazem importantes elementos de estudos e análises sobre o cenário no qual se desdobram lutas políticas antirracistas, estratégias, mobilizações, teorias e contradições.

O período entre 1950 e 1978 prepara as condições de ruptura que o movimento negro moderno sofre e poliniza as ações que se desdobrarão, a partir da segunda metade dos anos de 1970.

4. Fase de articulação das políticas públicas de ação afirmativa - a partir de 1978

Os anos de 1970 trazem o signo da luta antirracista no mundo. Na África, o ano de 1960 concentra o maior período de independência das jovens nações no continente³¹ - as ações anticolonialistas se espalham pelas savanas, florestas, litoral e interior do continente, a luta de independência da Argélia, pela brutalidade

30 “O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos de 40 e 50”. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000300009.

31 “Lições de Sharpeville que atravessaram os oceanos do tempo”. Disponível em: <https://vermelho.org.br/autor/juarez-xavier/>.

do imperialismo francês, torna-se parte do debate internacional sobre as características do colonialismo. E, nos EUA, um raio atravessa o céu azul: é fundado do Partido dos Panteras Negras, que traz novas táticas, estratégias e compreensões sobre a natureza do racismo institucional, que estrutura as condições de vida e morte do mulheres e homens negros.

No Brasil, no dia 7 de julho de 1978³², nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, com um grupo de militantes formado por negras e negros, em plena ditadura civil-militar, faz-se o lançamento público do manifesto que funda o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), mais tarde Movimento Negro Unificado (MNU).

Esse episódio é um ponto de inflexão na luta política do movimento social dos negros e inaugura o movimento negro moderno, dando início à fase atual de articulações políticas em defesa das ações afirmativas antirracistas, para a superação das assimetrias econômicas, culturais, sociais e políticas, com marcadores étnico-raciais, que estão nas raízes das violências físicas e simbólicas contra a população negra.

“O baobá já existe em potencial em sua semente”, ensinou o tradicionalista do Mali, Tierno Bokar³³. No manifesto de 1978 existiam, em potencial, a crítica radical ao racismo genocida e a necessidade de adoção de políticas públicas de Estado para a superação do preconceito, da discriminação racial e do racismo na sociedade. Essas indicações foram essenciais para a construção das políticas antirracistas e a formação de mulheres e homens negros e negros para o enfrentamento ao racismo, além da organização e formação de ações coletivas da população negra, e o fortalecimento de uma ética-deontologia de enfrentamento permanente às mazelas produzidas pelo racismo sistêmico.

Mesmo com a pluralização de organizações e formas de enfrentamento ao racismo em um amplo arco de tipologias, as digitais políticas desse ato inaugural estão presentes nas conquistas obtidas na Assembléia Nacional Constituinte (ANC) que, depois de cem anos da abolição, criminalizou o racismo; nas conquistas dos anos de 1980, com a adoção de metódicas que geraram dados analíticos para a compreensão do racismo e de ações políticas para enfrentá-lo; na consolidação, nos anos de 1990, da mais importante tecnologia política construída pelo movimento social de negras e negros, com a criação do conceito de maioria social

32 “Movimento Negro Unificado: 42 anos de luta contra o racismo”. Disponível em: <https://mnu.org.br/>.

33 “A escrita é uma coisa, e o saber, é outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá, já existe em potencial em sua semente.” Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249>.

de negros - pretos e pardos -; na denúncia do estado racista brasileiro, em 1995; nas propostas aprovadas em Durban, África do Sul, em 2001³⁴, e nas conquistas das políticas públicas de ação afirmativa em 2012, que alteraram a dinâmica de enfrentamento à segregação racial no país³⁵.

A fase atual de articulação das políticas públicas contém todas as anteriores e, em meio a profundas contradições, sinaliza novos desdobramentos e possibilidades de luta política contra o genocídio, etnocídio e epistemicídio que marcam a carne e a alma da sociedade brasileira.

Considerações iniciais

Este resumo, em forma de artigo, faz parte de um projeto mais amplo de pesquisa de pós-doutorado, adiado há uma década, em razão das atividades táticas de enfrentamento ao racismo, no âmbito acadêmico, como reflexo do embate na sociedade. Creio, ainda, que o projeto coletivo se sobreponha ao individual: “sou porque somos, e somos porque sou!”

Nas condições preliminares deste artigo, algumas ideias despontam como possibilidades consistentes para estudos futuros.

No período definido como de destruição radical, assumido como o mais complexo para a sobrevivência negra, as categorias políticas de alienação e de incapacidade de projeção do futuro não se aplicam à realidade da população negra.

A brutalidade do racismo impôs ao grupo humano negro a necessidade de concentração nas condições de sobrevivência. O horizonte observável encurtou-se, na proporção do encurtamento das perspectivas de vidados descendentes de escravizados, ante a política de eliminação física e simbólica.

Para poder sonhar o futuro foi preciso se manter vivo no presente. Dessa forma, a suposta alienação revela-se em inteligência tática, e a projeção do futuro é a sobrevivência. Nesse sentido, a estratégia mostrou-se eficiente, pois o projeto era a eliminação da presença negra no país.

34 Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20adotado%20pela%20Terceira%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20contra%20o%20Racismo,%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial,%20Xenofobia%20e%20Formas%20Conexas%20de%20Intoler%C3%Aancia.pdf>.

35 Lei de cotas nas universidades públicas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>.

Os valores afrodescendentes das rodas sagradas (projeção positiva do ser negro, episteme da capoeira, de compreender a situação e o movimento certo a ser desferido e, como lógica estratégica, fundar, na forma de tecnologia social de ocupação do território, as escolas de samba, como técnica de ocupação territorial urbana) deram à população negra recursos de resistência.

Aprendizado fundamental para o período de espelhamento, em que as contradições sobre o caminho a seguir asseguraram a preservação do não-espelhamento.

As contradições registradas nesse período foram as expressões verbalizadas sobre o melhor caminho a ser seguido pelo movimento social de negros.

Essa circunstância favoreceu a manutenção da ossatura e musculatura para os enfrentamentos que se avizinham. Na disputa pelo acesso aos capitais - econômico, cultural, social e político -, o racismo se explicitou e a militância tornou-se imprescindível.

Nela, duas veredas se apresentaram, não como oposição, mas como complementaridade. O enfrentamento racial, como módulo das ações políticas, e o enfrentamento classista, como o centro do debate e das ações.

Essas veredas antecipam os debates promovidos pela geração dos anos de 1970 e 1980, nos bem sucedidos argumentos que prepararam o terreno para a teoria da interseccionalidade, não como sobreposição de categorias de gênero, classes e relações étnico-raciais, mas como episteme nova, para maiorias sociais, empenhadas em mudanças estruturais.

Esse longo percurso com marcas indeléveis de ancestralidade deu aos movimentos sociais a mais importante tecnologia política para a superação do estado patriarcal capitalista supremacista branco, com a possibilidade de paralisação da máquina de destruição em escala industrial de corpos não normatizáveis, evidenciando a eficiente estratégia de resistência negra, diante da desumanização da escravização e do racismo.

Por essas razões, a resistência negra se mostra eficiente e vitoriosa, no passado, e vislumbra possibilidade de êxito, no futuro.

Referências Bibliográficas

ABREU, Fred; BARROS, Maurício de. **Capoeira**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2009.

ADORNO, Sérgio. (2a ed.) **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. São Paulo: Edusp, 2019.

- BÂ, Amadou Hampâté. **A tradição viva. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** - editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2. Ed. Rev. – Brasília: UNESCO, 2010.
- CUNHA, Euclides. **Os sertões: campanha de Canudos**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente: identidade em construção**. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.
- GOMES, Laurentino. 1808 - **Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta, 2007.
- HOOKS, Bell. **Olhares negros - raça e representação**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Dicionário da história social do samba**. São Paulo/Rio de Janeiro, 2015.
- MOURA, Clóvis. **Os Quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edufal, 2001.
- _____. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1994.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, Deoscórides Maximiliano dos. **História de um terreiro nagô: crônica histórica**. São Paulo: Carthago & Forte, 1994.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade : 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Luiz. **E disse o velho militante José Correia Leite**. São Paulo: Editora Noovha América, 2013.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Lisboa: Editora Leya, 2017.
- _____. (org.). **Ralé brasileira: quem e como vive**. Minas Gerais: UFMG, 2009.